Introdução

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Introdução. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 25-45. ISBN: 978-85-423-0307-0.
<https://doi.org/10.7476/9788542303070.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

Durante os séculos XVI e XVII, a maior parte das povoações fundadas pelos portugueses se situava na costa atlântica. No interior das terras, quase tudo era sertão – matas e campos onde viviam grupos esparsos de povos indígenas, e nos quais os brancos raramente se aventuravam. De fato, essas vastidões selvagens continham apenas núcleos de colonização isolados, com ocupação rarefeita: latifúndios pecuaristas (currais), fazendas de monocultura canavieira (não muito afastadas da costa), além de pequenos povoados dispersos, onde viviam populações ligadas principalmente a atividades agropecuárias.

Somente no início do século XVIII – após a descoberta, pelos paulistas, de diversos depósitos auríferos no “sertão dos Cataguases” – é que surgem concentrações humanas maiores, e uma verdadeira rede urbana no interior da colônia. Esta região montanhosa, de difícil acesso e pouco conhecida, não demorou a tomar o nome de “Minas Gerais” (expressão que, na época, significava minas “contínuas” ou “justapostas”) e a se constituir como capitania – unidade político-territorial dirigida por um “governador e capitão-general” nomeado pelo rei. A partir de então, o centro econômico da colônia se deslocaria para o centro-sul, deixando as zonas açucareiras do Nordeste.

Não somente a mineração, mas também a agricultura, a pecuária e, sobretudo, o comércio intenso que se desenvolveu em Minas permitiram a mutação de vários núcleos incipientes e precários de povoamento – acampamentos de mineiros, locais de arranchamento de tropeiros, pousos à beira dos caminhos –, em povoações estáveis, populosas e com casas e templos bem mais sólidos que as construções dos arraiais primevos. Nestes lugares

desenvolveram-se formas de sociabilidade tipicamente urbanas e uma cultura artística e literária sem equivalente na colônia. Entretanto, ao longo do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, apenas algumas destas povoações receberam da Coroa o título de vila e o privilégio de possuir uma câmara – corpo de oficiais municipais com atribuições judiciárias, administrativas, militares e fiscais.

Este estudo trata dos processos de constituição – institucional e material – dos núcleos e dos territórios urbanos de Minas Gerais, focalizando, também, as diversas representações associadas a tais espaços: tanto as que foram elaboradas pelos homens que participaram dos destinos das localidades mineiras, como as que emergem de textos puramente descritivos, escritos por observadores de passagem.

As balizas cronológicas desta pesquisa correspondem ao período compreendido entre o limiar do século XVIII, quando surgem os primeiros acampamentos de mineiros no sertão dos Cataguases, e as primeiras décadas do século XIX, época da independência política do Brasil, na qual se pensou em reformar as circunscrições político-administrativas e eclesiásticas da capitania – que passou a ser chamada “província” de Minas Gerais.

A área geográfica contemplada pelo estudo é, também, bastante vasta, correspondendo, grosso modo, ao território do atual Estado de Minas Gerais (mais de 580.000 km²). Porém, como os limites deste último foram estabelecidos de maneira definitiva, somente em meados do século XX preferimos, para evitar anacronismos, definir a área de estudo baseando-nos nas representações coevas da capitania e dos seus confins. Estes coincidem com os limites dos termos das vilas coloniais mais periféricas; aliás, procuraremos demonstrar a existência de uma relação entre a criação de determinadas vilas e a definição progressiva dos limites de jurisdição dos governadores mineiros.

A ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E O LÉXICO URBANO PORTUGUÊS

No início da época moderna, o território continental da monarquia portuguesa já se encontrava quase inteiramente coberto por uma malha constituída de várias centenas de concelhos,

“designados oficialmente como cidades, vilas, concelhos, coutos e honras, sem que dessas distintas designações resultassem significativas diferenças”.¹ Os concelhos eram as células básicas da organização político-territorial portuguesa, e foram, mais tarde, também chamados municípios. Eles eram agrupados em circunscrições maiores, as comarcas, que correspondiam à jurisdição dos ouvidores – magistrados com diversas atribuições, entre as quais a tutela da gestão financeira feita pelos camaristas e da justiça administrada pelos juízes ordinários.²

De fato, as câmaras dos concelhos gozavam de autonomia judiciária (em primeira instância) e administrativa (dispondo de diferentes tipos de rendimentos). Em sua maioria, os cargos camarários não eram remunerados, suas vantagens sendo, sobretudo, de natureza honorífica. As câmaras se compunham essencialmente de dois ou três vereadores, de um procurador e de um ou dois juízes ordinários (juízes leigos de primeira instância). Segundo as *Ordenações do Reino*, estes oficiais deviam ser escolhidos entre os homens bons das localidades, dentro de um sistema de eleições indiretas. Em vez de juízes ordinários, algumas câmaras dispunham de um “juiz togado” – o juiz de fora – que era nomeado e remunerado (pelo menos em parte) pelo rei.

Foi este modelo de organização do poder local que a Coroa portuguesa, desde o século XVI, procurou transferir, praticamente sem alterações, às suas colônias: em 1532, quando o rei decidiu iniciar a colonização efetiva das terras do pau-brasil, criou-se, na costa atlântica, o primeiro concelho da América portuguesa, sediado na Vila de São Vicente. As instituições municipais eram de fato instrumentos essenciais para a construção e a defesa dos territórios ultramarinos portugueses; no âmbito dos concelhos, os impostos eram coletados, a justiça administrada e as milícias organizadas.

No entanto, embora a legislação portuguesa tenha assegurado uma grande uniformidade das instituições, existem algumas diferenças entre os concelhos do Reino (Portugal continental) e os das colônias. Estas variações devem-se, essencialmente, à diversidade dos contextos físicos, econômicos e socioculturais que os portugueses encontraram nos territórios conquistados e dizem respeito principalmente ao status social dos oficiais camarários, ao grau de autonomia e às atribuições das câmaras.³ Mas

as condições geográficas e sociais dos trópicos implicaram também transformações consideráveis na configuração das unidades territoriais. A principal diferença entre a malha administrativa do Reino e a que foi implantada nas vastidões da América concerne aos espaços de jurisdição das autoridades civis. Ao se examinar o caso da capitania de Minas Gerais, constata-se que, no fim do Setecentos, determinados concelhos podiam conter praticamente todo o território continental português. Como veremos, esta extensão considerável das circunscrições mineiras fez surgir maneiras alternativas de controle sobre suas populações e de representação dos territórios municipais (termos).

O léxico ligado a esta forma de organização político-territorial sofreu, da mesma maneira, algumas transformações quando da sua transplantação ao Novo Mundo.⁴ Além da localidade que constituía a sede do concelho, este podia conter várias povoações, mas também zonas rurais que dependiam da mesma câmara, embora pertencentes a diferentes freguesias. Tais núcleos, que não gozavam de autonomia do ponto de vista jurídico-administrativo, eram designados, em Portugal, pelas palavras lugar (lugares) ou aldeia –, enquanto na América portuguesa, como se sabe, este último vocábulo adquiriu uma conotação étnica, significando uma povoação indígena.

Nas zonas mineradoras da colônia – em Minas Gerais, mas também em Goiás e Mato Grosso –, os “lugares” dependentes de uma sede de concelho adquiriram uma denominação peculiar: arraial. É importante lembrar que, em Portugal, o termo designa apenas os acampamentos militares, ou ainda as feiras e quermesses, não fazendo parte, portanto, do léxico urbano. Já a palavra “povoação”, tanto no Reino como na colônia, era um termo genérico, que podia se referir a todos os tipos de aglomerações, inclusive às cidades e às vilas.

Outra diferença diz respeito justamente a estas últimas. No Reino, a maior parte das sedes de concelhos tinha o título de vila. No entanto, nas zonas rurais e nos concelhos mais modestos, a povoação-sede podia permanecer na condição de simples lugar ou aldeia.⁵ Por outro lado, certos topônimos portugueses incluem a palavra “vila”, sendo que não se trata de sedes de concelho, mas de meras aldeias. Na colônia, não se verifica tal diversidade de situações: as localidades recebiam o título de vila ao mesmo

tempo em que adquiriam o direito de se autogerirem, ou seja, de possuir uma câmara, com seu território de jurisdição (termo) e com rendas próprias.

Os concelhos que tinham uma cidade por sede eram muito mais raros. No início do século XIX, Portugal contava 22 cidades e mais de quinhentas vilas, enquanto no imenso Brasil só haviam sido criadas 12 cidades e 225 vilas.⁶ Como veremos oportunamente, no Reino, como nas colônias, o título de cidade era atribuído somente a localidades que exerciam papéis importantes do ponto de vista religioso, político ou militar – não sendo, portanto, concedido somente às sedes de bispado, mas também, entre outros casos, a povoações litorâneas ou fronteiriças, dotadas de praças-fortes.⁷

Este qualificativo era, aliás, puramente honorífico. A promoção de uma vila à condição de cidade não lhe conferia automaticamente nenhuma prerrogativa econômica ou política suplementar.⁸ Tal fato distingue a classificação portuguesa do termo castelhano *ciudad*, que era “reservado às localidades às quais a Coroa havia concedido o privilégio deste título e, com ele, o direito de enviar deputados às Cortes, essas assembleias representativas do Reino, comparáveis aos Estados Gerais franceses”.⁹ Em Portugal, a atribuição do título de cidade não guardava nenhuma relação com o privilégio da representação nas Cortes; nas assembleias portuguesas, os representantes de povoações sem título assentavam-se lado a lado com os enviados das vilas e cidades.¹⁰ Cabe adiantar, no entanto, que mesmo se tais promoções urbanas tinham poucos efeitos concretos, elas constituíram objeto de rivalidades nas Minas, pois a conquista do título poderia ser o primeiro passo para a obtenção, pelos camaristas, de privilégios semelhantes aos que foram atribuídos às câmaras de algumas cidades, como Porto ou Rio de Janeiro.

Como a maior parte dos concelhos tinha uma vila por sede, os dois termos tornaram-se quase sinônimos. Mas, na realidade, cada concelho possui duas partes distintas, que os textos coevos nem sempre diferenciam de maneira nítida: a vila – núcleo urbano principal, onde se reúne a câmara – e seu termo – o território de jurisdição dos oficiais camarários, que inclui geralmente várias outras localidades. Vê-se, assim, que o vocábulo “vila” possui duas dimensões: no nível local, ele designa a povoação-sede de um concelho; na escala territorial, ele corresponde a todo o

espaço entorno da sede, posto sob o controle da câmara.¹¹ Esta dupla conotação do termo vila pode ser associada aos dois atributos espaciais inerentes ao modelo português de organização municipal: o termo e o rossio.

O primeiro, como acabamos de indicar, corresponde ao território controlado pela câmara. A configuração dos termos das vilas mineiras apresenta variações no espaço e no tempo – devido às sucessivas criações e desmembramentos –, mas, em qualquer caso ou situação, as superfícies são sempre consideráveis. Nossos mapas de reconstituição da evolução da malha municipal (ou concelhia) de Minas¹² revelam, de fato, diversas ordens de grandeza dessas superfícies: 2.500 km², 4.000 km², 10.000 km², 13.000 km², 40.000 km², e até mesmo 70.000 km². A densidade de ocupação desses territórios era também bastante variada, pois no interior dos termos existiam diversos arraiais e fazendas, mas também sertões residuais mais ou menos extensos, que foram sendo progressivamente colonizados.

Já o termo rossio se refere a territórios bem menores: entre 11 e 174 km². Como veremos, este termo também é polissêmico; aqui, referimo-nos aos terrenos que eram atribuídos pela Coroa à *res publica*, a fim de constituir o patrimônio da câmara. Esta podia dividi-los em “chãos” (lotes) e concedê-los, mediante o pagamento dos foros anuais, aos moradores que os pediam para edificar suas casas. O rossio era delimitado a partir de um centro geométrico, que era situado, idealmente, sobre o pelourinho, ou seja, no coração da vila.

A ereção do pelourinho era um dos rituais obrigatórios quando se criava uma vila. Postada geralmente diante da casa de câmara, esta coluna era um dos principais emblemas das vilas: ela materializava a justiça administrada pelos oficiais da municipalidade, e ali eram açoitados os escravos que recebiam tal condenação.¹³ Simples pilar de madeira, ou peça esmeradamente esculpida na pedra, o pelourinho designava o centro geométrico do rossio, mas podia também referir a um território bem mais amplo. De fato, os pelourinhos mais trabalhados eram coroados por uma esfera armilar, geralmente em ferro. Este símbolo do reinado de Dom Manuel representava o mundo descoberto e evangelizado pelos portugueses e, segundo Diogo de Vasconcelos, também significava “o recinto de jurisdição, o *mundus civitatis*”¹⁴. Ao atentar para o sentido desta expressão latina, damos razão ao

historiador: *mundus* significa o espaço “ordenado”, em oposição a um “espaço caótico” (que pode ser associado ao *sertão*, segundo a visão etnocêntrica dos colonizadores); *civitatis* designa a cidade, não do ponto de vista da sua materialidade (*urbs*), mas significando o conjunto dos seus habitantes, regidos por leis e por uma entidade administrativa.

ESTADO DA ARTE, PROBLEMÁTICAS E FONTES

O caráter predominantemente “urbano” do povoamento das Minas setecentistas vem sendo considerado pela historiografia como uma das principais particularidades que distinguem esta capitania das outras regiões da América portuguesa.¹⁵ No entanto, o processo de formação e de desenvolvimento da rede urbana de Minas Gerais é um assunto pouco estudado. As cidades – palavra tomada aqui no seu sentido genérico – foram raramente abordadas como um objeto específico de pesquisa pelos especialistas da história colonial mineira. Na maior parte dos casos, elas serviram somente como uma delimitação espacial cômoda para análises de demografia histórica, ou como cenário para estudos de história social ou econômica. Nestes trabalhos, as vilas e os arraiais de Minas constituem, assim, o pano de fundo de rebeliões e revoltas fiscais, ou de lutas de poder entre as autoridades da capitania; em outros exemplos, as povoações mineiras aparecem como lugares de concentração de bibliotecas, de artistas e poetas, de famílias instruídas e abastadas – ou, ao contrário, como espaços de exclusão social para os negros, mulatos e brancos pobres de que se compunham, majoritariamente, as populações urbanas.

Ademais, como os estudos “mineirianos” privilegiaram, durante muito tempo, o período em que se verificou o crescimento e apogeu da produção aurífera e diamantina, permaneceram na sombra as povoações que surgiram somente na segunda metade do século XVIII, e que estiveram ligadas a outras atividades econômicas – exceção feita à produção dos historiadores e eruditos locais. A rede urbana é um assunto particularmente ausente nos trabalhos existentes, que não levaram em conta o fato de que nenhum organismo urbano pode viver desconectado dos seus congêneres: “jamais uma cidade apresenta-se sem a companhia de outras cidades”.¹⁶

Quanto aos especialistas em história da arte e da arquitetura, eles se dedicaram, essencialmente, ao estudo da arte sacra, ao inventário e à descrição da arquitetura civil e religiosa, sobretudo dos exemplares que foram classificados como “monumentos históricos” e tombados a partir da década de 1930 – época na qual, como é sabido, reconheceu-se a existência de um “estilo” local, chamado (nem sempre adequadamente) de Barroco Mineiro.¹⁷ O arquiteto Sylvio de Vasconcellos (1916-1979) foi o primeiro a se interessar pela arquitetura vernacular, bem como pela gênese e morfologia urbana dos principais centros mineradores. Depois dele, foram poucos os que trouxeram reais contribuições à história das cidades e do urbanismo colonial de Minas Gerais.¹⁸

Além do “caráter urbano”, outra característica do processo de povoamento de Minas Gerais, sempre lembrada pelos historiadores, é a sua “espontaneidade” – a ocupação da região tendo ocorrido muito mais como consequência da iniciativa de particulares (às vezes apoiada pelo rei de Portugal), do que devido a uma política explícita de colonização e de urbanização conduzida pela metrópole.¹⁹ Contudo, também já foi observado que o Estado não tardou a se impor na região. A permanência e o desenvolvimento posterior das povoações mineiras estiveram sempre ligados, de alguma maneira, aos interesses da metrópole.²⁰ Na medida em que as intervenções do poder local ou metropolitano no processo de urbanização e de territorialização de Minas nem sempre são evidentes e facilmente identificáveis – ao contrário de outras regiões da colônia –, é necessário que se avalie com cuidado os fatos e fenômenos antes de classificá-los de “espontâneos”. Além disso, mesmo os mais insignificantes povoados não podiam “brotar” em qualquer terreno e, ainda que seus fundadores fossem humildes colonos, deve-se ter em conta os diversos agentes e contextos do processo de ocupação e urbanização – o que procuraremos fazer dentro de uma análise que privilegia a questão fundiária.

Contrastando com os vastos sertões que as envolviam, as povoações de Minas Gerais eram vistas como núcleos de civilização: *locus* de vida social e religiosa, elas constituíam instrumentos para controlar e submeter a população bastante heterogênea que ali se instalou, servindo também de postos avançados para novos desbravamentos e conquistas. A instituição de vilas com vastos

termos era o meio utilizado pela Coroa para fazer com que o braço da justiça e do fisco chegasse até os arraiais mais longínquos, fundados nos confins das terras conhecidas e colonizadas.

No fim do período colonial, a rede urbana mineira compunha-se de centenas de arraiais, de 15 vilas e de uma só cidade: Mariana, a antiga Vila do Carmo, que recebeu o título de cidade em 1745, ao se tornar residência episcopal. Ora, este número de sedes de concelho (16) parece bastante reduzido, tanto em relação ao número de arraiais existentes em Minas – mais de 300 – quanto ao total de vilas criadas na colônia. No ano de 1808 havia ali 213 unidades, das quais menos de 7% localizava-se na capitania de Minas, sendo que esta abrigava cerca de 20% da população da América portuguesa. Como observou Francisco Iglésias, este número não traduz o quadro real, já que a urbanização em Minas Gerais foi mais efetiva que no resto da colônia. O autor afirma que as causas desta incoerência numérica se relacionam a questões de natureza política e administrativa – sem, no entanto, apontá-las.²¹

Ao se examinar a cronologia e a distribuição geográfica das vilas mineiras, emergem algumas constatações²² e muitas perguntas, que orientaram nossa investigação. As três primeiras municipalidades de Minas surgiram em 1711: Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila Real do Sabará. Em 1713, criou-se a Vila de São João del-Rei e, no ano seguinte, Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe (as atuais Caeté e Serro – 1714). Em 1715, foi a vez da Vila de Piedade do Pitangui, e, em 1718, de São José del-Rei (Tiradentes). Depois de mais de uma década sem promoções urbanas, a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuai (Minas Novas) foi instalada em 1730. Seguiu-se um intervalo ainda mais longo: somente no final do século é que foram criadas as vilas de São Bento do Tamanduá (Itapecerica – 1789), Queluz (Conselheiro Lafaiete – 1790), Barbacena (1791), Campanha da Princesa (Campanha – 1798) e Paracatu do Príncipe (Paracatu – 1798). Finalmente, em 1814, erigiram-se as duas últimas vilas mineiras do período colonial: São Carlos do Jacuí e Santa Maria de Baependi.

Nota-se que, entre 1711 e 1814, tais instituições ocorrem em dois momentos principais e em regiões distintas. Mais da metade das vilas surgem no período compreendido entre 1711 e 1730, em importantes núcleos mineradores distribuídos ao longo da serra do Espinhaço. Por outro lado, no período 1789-1814, a quase totalidade dos arraiais promovidos situa-se na porção sul da capitania, correspondente à comarca do Rio das Mortes – à exceção de Paracatu, pertencente à comarca do Rio das Velhas, e situado nos confins ocidentais da capitania. Entre estes “ímpetus fundadores”, várias fases sem nenhuma nova vila, a mais longa tendo durado 59 anos (de 1730 a 1789).

Para explicar a configuração da hierarquia urbana mineira do final do Setecentos, pareceu-nos essencial levar em conta o que ocorre neste intervalo. Como justificar a ausência de novas vilas durante quase sessenta anos, sendo que se trata de um período de relativa prosperidade? De fato, como é sabido, a historiografia das últimas três décadas demonstrou a impropriedade das antigas teses sobre a “estagnação” da economia mineira a partir de meados do século XVIII, quando declina a produção aurífera. Durante este período, o povoamento dissemina-se pelas regiões periféricas, afastadas dos principais centros de poder, e deve-se menos à mineração que às atividades agropecuárias e comerciais. Estas últimas tiveram uma importância primordial na história econômica e territorial não só de Minas, mas de toda a América portuguesa: já nas décadas de 1720 e 1730, as rotas comerciais terrestres e fluviais (pelo rio São Francisco) tinham se intensificado,²³ passando a interligar as diferentes regiões da colônia que, até então, conformavam espaços econômicos descontínuos, em “arquipélago”.²⁴

Na segunda metade do século, a produção e a circulação de mercadorias pela capitania proporcionavam rendas vultosas à Coroa e faziam a fortuna de muitos negociantes. Surgem, então, dezenas de novos arraiais, sobretudo na parte sul da capitania. Nesta nova fase da história econômica mineira, a gênese e o crescimento das povoações estiveram, mais do que nunca, ligados ao comércio. Na antiga zona mineradora, os arraiais e vilas apresentavam, então, quadros variados de estabilidade, de prosperidade, ou de decadência, dependendo dos trunfos de que dispunham para se adaptar ao novo contexto. É claro que,

em qualquer tempo, a acessibilidade e a situação favorável em relação à rede de caminhos eram qualidades importantes para o desenvolvimento das povoações, mas outros fatores podiam intervir de maneira determinante. Note-se ainda que, embora seu acesso fosse dificultado pelo relevo acidentado, a capital Vila Rica permaneceu, durante todo o Setecentos, e mesmo no século seguinte, como um importante entreposto de mercadorias vindas de diversas zonas mineiras, de outras capitanias ou mesmo da metrópole.²⁵ Neste caso, a função de capital foi essencial para que a vila se mantivesse como a mais populosa e das mais ricas das Minas.

Cabe notar, além disso, que a vocação comercial nem sempre foi decisiva para definir a hierarquia urbana. Se os arraiais de Igreja Nova e Carijós (futuras vilas de Barbacena e Queluz) tinham a vantagem de estar à beira do Caminho Novo, que conduzia ao Rio de Janeiro, a situação de Campanha era, por outro lado, bastante desfavorável em relação às estradas principais. Santa Luzia não se tornou vila antes de 1847, apesar de constituir, já em meados do século, um verdadeiro empório: pelo arraial passava “a estrada tão famigerada como geral, de todos os sertões do grande rio São Francisco, Bahia, Pernambuco e Maranhão”, e também de Goiás.²⁶ O dinamismo comercial e a situação em relação à rede de caminhos não era, portanto, condição necessária nem suficiente para a criação de uma vila.

O fato de que diversos arraiais florescentes tenham solicitado, em vão, o título de vila, levou-nos a formular diversas questões. Será que as localidades preteridas não preenchiam as condições exigidas para ascenderem à promoção urbana? Ou estas recusas decorrem de estratégias da Coroa, ou de disputas políticas locais? Quais foram os fatores que permitiram que alguns arraiais conseguissem o título? Quais eram os critérios adotados para avaliar a “capacidade” dos arraiais para se tornarem sedes de concelhos? De que maneira os contemporâneos hierarquizavam suas povoações?

No final do Setecentos, a criação de cinco novos concelhos, após um interlúdio de quase seis décadas, e num espaço de tempo relativamente curto (1789-1798), é algo que já intrigou diversos estudiosos. Alguns intuíram que tais fundações nada tiveram de “natural” ou acidental, e que sua explicação não está ligada

exclusivamente a fatores de ordem geográfica, e muito menos geológica. Algumas pistas foram esboçadas em antigas obras de historiadores locais, e também em trabalhos recentes, que associam a criação de vilas como Barbacena e Campanha da Princesa ao contexto político das devassas da Inconfidência.²⁷

O presente estudo também procurou seguir este caminho, acrescentando novos dados e integrando à análise os casos de São Bento do Tamanduá e de Queluz, que ainda não tinham merecido mais que rápidas menções nos estudos existentes. No entanto, o contexto político diretamente ligado à Inconfidência parece não explicar tudo. É necessário que se leve em conta outros tipos de conflitos de interesses e, principalmente, as disputas territoriais que opunham autoridades locais (câmaras, ouvidores etc.). O fracasso de algumas tentativas de ascensão na hierarquia urbana mineira também guarda relações com estes conflitos.

Segundo Caio Boschi, “poder-se-ia conjecturar se a constituição das vilas de fim de século não estaria associada às orientações reformistas que, aquém e além-mar, alguns dos administradores mais lúcidos perceberam e procuraram promover”.²⁸ De fato, como veremos, as mudanças verificadas na organização político-territorial mineira estão diretamente ligadas aos projetos de reforma metropolitanos; não só ao plano do ministro Martinho de Mello e Castro, mas também – ou sobretudo – à menos conhecida “Lei da Reforma das Comarcas”, projeto iluminista de reorganização judiciária do Reino que teve claras repercussões nas Minas. Este aspecto parece ter sido especialmente importante durante o longo processo de criação das vilas de Campanha da Princesa e de Paracatu do Príncipe, que foi iniciado décadas antes das devassas da Inconfidência.

A atribuição do título de vila (e também de cidade, que foi concedido ainda mais parcimoniosamente) constituía uma questão bastante polêmica, e deixou nas Minas muitos rastros documentais. Convém lembrar que “os naturais da colônia, fosse individualmente, fosse por intermédio das câmaras de suas vilas e cidades, tinham o privilégio de se corresponder diretamente com o monarca, utilizando-se de um dispositivo próprio da relação entre vassalos e soberanos desde tempos imemoriais: o chamado direito de petição”. Através de cartas, requerimentos e representações, os colonos da América portuguesa podiam relatar os sucessos alcançados na busca e na exploração das minas de

ouro, ou os sacrifícios exigidos na ocupação dos sertões bravios. Pelos mesmos instrumentos, eles pediam recompensas pelos serviços prestados ao rei – concessões de sesmarias, de cargos administrativos e outras “mercês, títulos e privilégios” – e podiam também queixar-se “dos maus governantes, expondo as violências e vexames sofridos nos longínquos territórios do império”.²⁹ Este direito era, aliás, essencial também para a Coroa, pois, graças a esta correspondência, chegavam a Lisboa informações sobre o comportamento dos representantes régios nas terras de além-mar. A frequência com que as câmaras coloniais recorriam à arbitragem régia para resolver conflitos locais é um indício de que, apesar da distância que separava o monarca dos seus súditos, o isolamento destes últimos “era menor do que muitas vezes se supõe”.³⁰

É verdade que os colonos esperavam pela resposta durante meses, ou mesmo anos, não só devido às demoradas idas e vindas das frotas, mas também por causa da complexidade burocrática que envolvia a correspondência tratada pelo Conselho Ultramarino. Para ganhar tempo e ter a certeza de que o requerimento beneficiaria da atenção régia, procuradores eram, por vezes, enviados a Lisboa – tática extremamente dispendiosa, e que, evidentemente, só foi utilizada quando existiam recursos para tal e quando a graça requerida podia compensar o esforço. Aparentemente, foi o que ocorreu com os habitantes do arraial do Tijuco, que em 1800 enviam ao Palácio de Queluz seu representante, José Joaquim Vieira Couto, para defender o pedido de concessão do título de vila.

No Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa encontra-se um grande volume desses documentos, que impressionam pela variedade das questões tratadas. As petições e requerimentos enviados pelos habitantes (ou melhor, pelos “principais”) dos arraiais, os pareceres das diversas autoridades da capitania (governadores, procuradores da Fazenda Real, ouvidores), as reações das câmaras existentes, bem como as “consultas” do Conselho Ultramarino forneceram as bases para tentar responder às questões aqui formuladas.³¹

Ao pedirem a promoção urbana, os arraiais procuravam justificar a necessidade do título, destacando suas qualidades e relatando seus problemas – a dificuldade de acesso à justiça sendo uma questão onipresente nesta documentação. Tais ocasiões constituem, portanto, momentos privilegiados para compreender

as “virtudes” e papéis que eram atribuídos às sedes dos concelhos, e também para identificar as definições coevas do “urbano” e da “cidade” que estão implícitas na hierarquia urbana de Portugal e de seus domínios durante o Antigo Regime.

Da mesma maneira, no Arquivo Público Mineiro (APM) – fundo “Seção Colonial” e nos fundos concernentes a diversas câmaras setecentistas –, encontramos originais e transcrições de documentos ligados a essas solicitações (ordens régias, registros de correspondência entre governadores e outras autoridades da capitania, requerimentos dos arraiais, representações das câmaras). Nos citados acervos, pudemos também identificar outras questões e outros conflitos que, aparentemente, tiveram repercussões apenas no nível local ou regional, não tendo sido examinados pelos conselheiros de Lisboa. Ainda no APM, consultamos fontes demográficas e fiscais do fundo “Casa dos Contos”³² – além de documentos avulsos de diferentes origens (Avulsos SG, Avulsos CMOP) e que tratam de temas os mais diversos.

A correspondência trocada entre a metrópole e a capitania, assim como as cartas que circularam entre as câmaras, os ouvidores e os governadores revelam também a complexidade das relações existentes entre as unidades da rede urbana mineira. Estas relações interurbanas caracterizavam-se pela emulação e pelo conflito: na segunda metade do século XVIII, a definição dos limites dos concelhos era uma questão que mobilizava as diferentes câmaras de Minas Gerais, que disputavam a posse dos novos arraiais surgidos nos confins imprecisos dos seus territórios de jurisdição. Outros conflitos nasciam do desejo de emancipação de certos arraiais, que pediam o título de *vila* e o privilégio de ter uma câmara; também a atribuição do título de *cidade* foi uma questão que atizou a rivalidade entre as vilas existentes. Nestas situações, tornam-se mais visíveis os diferentes tipos de relações e dependências existentes entre as vilas, bem como entre estas últimas e os arraiais incluídos nos seus termos. É importante observar que as fontes citadas são extremamente densas: ao se dirigirem à Coroa, mesmo se tinham uma solicitação importante e bem específica, os habitantes dos arraiais e os oficiais das vilas aproveitavam para evocar muitos outros assuntos. Tais documentos podem, portanto, servir a análises diversas, e, de fato,

algumas destas fontes foram utilizadas em diferentes momentos desta investigação.

Além dos conflitos ligados à concessão de títulos e privilégios, e aos limites territoriais, a correspondência oficial da capitania aborda aspectos que pertencem a uma outra escala do fenômeno urbano: a estrutura fundiária das povoações, a construção e o controle dos espaços e equipamentos públicos – ou seja, todo um conjunto de questões ligadas ao “urbanismo”. Como observou Bernard Lepetit, se esta palavra é relativamente recente – suas primeiras ocorrências em línguas latinas datam de meados do século XIX –, “a prática é antiga”. Para identificá-la durante o século XVIII, basta que se defina o urbanismo como um “conjunto de medidas técnicas, jurídicas e econômicas que permitem uma intervenção ou um desenvolvimento autônomo das cidades”.³³ Desta forma, podemos considerar como “urbanísticos” diversos aspectos relacionados à materialidade das povoações mineiras: a delimitação e a gestão dos rossios e dos chãos foreiros, o direito de utilização das nascentes, o sistema de adução d’água, a pavimentação e a conservação das vias, o financiamento e a construção de pontes e chafarizes. Várias destas questões também suscitaram conflitos entre as câmaras e os moradores. Alguns foram resolvidos localmente e podem ser estudados pela documentação dos arquivos mineiros. Outros casos tiveram que ser arbitrados pelo rei e pelo seu Conselho Ultramarino, pois os interesses em jogo extrapolavam a esfera municipal. Além da correspondência oficial, que faz menção a tais situações conflituosas, o tema da gestão do espaço urbano também aparece em outros tipos de fontes, conservados nos arquivos municipais: registros de bandos e editais, livros de aforamentos e de tombo de propriedades foreiras, entre outros.³⁴

A estas fontes vêm se juntar diversos documentos de arquivos brasileiros e portugueses, transcritos em publicações como a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, *Documentos Históricos*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, ou os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Os trabalhos dos historiadores e eruditos locais também contribuíram para enriquecer e ampliar nosso *corpus*. De fato, a consulta de certas efemérides e monografias municipais bem documentadas serviu, de certo modo, para preencher as lacunas deixadas pela

impossibilidade de pesquisar nos arquivos de todas as câmaras. Nos trabalhos de Sílvio Gabriel Diniz, Sebastião de Oliveira Cintra, Herculano Velloso, Geraldo Guimarães, Alfredo Valladão, Nestor Massena, entre outros, encontramos transcrições de documentos e dados importantes sobre as vilas de Pitangui, São João del-Rei, São José, Campanha e Barbacena. Por fim, é importante destacar as obras de Waldemar de Almeida Barbosa (principalmente seu *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*) e do Cônego Raimundo Trindade – verdadeiras minas de informações sobre a cronologia e sobre os agentes das criações de núcleos urbanos e das instituições de capelas e igrejas, que foram essenciais neste estudo – tanto mais porque também não foi possível incluir os arquivos eclesíásticos na pesquisa.³⁵

Além dos documentos citados, o presente estudo se apoiou em fontes impressas de natureza variada: coletâneas de textos e de documentos diversos (destacando-se o *Códice Costa Matoso*), “memórias” de eruditos locais do século XVIII, “instruções” preparadas por funcionários régios, relatórios de visitas pastorais dos bispos, além, naturalmente, dos relatos de viajantes estrangeiros do início do século XIX. Estes últimos foram úteis em diferentes momentos da pesquisa, em função das descrições minuciosas que alguns deles contêm a respeito do aspecto físico das vilas e arraiais mineiros (mesmo os mais modestos), assim como sobre os costumes e sobre a economia local – sem falar nas paisagens e vistas urbanas que, de certa forma, compensam o número reduzido de representações iconográficas setecentistas das povoações mineiras.

Os mapas antigos também desempenharam um papel fundamental neste estudo. Em 1997, quando realizamos a pesquisa documental em diversas instituições brasileiras e portuguesas, havia poucas publicações contendo mapas de Minas. Tivemos, assim, que empregar grandes esforços para obter a reprodução de vários destes documentos, que foram essenciais para a pesquisa.³⁶ O conteúdo destas representações, ou somente o fato de algumas delas existirem, contribuiu para enriquecer nossas problemáticas, ao mesmo tempo que permitiram uma melhor compreensão dos processos estudados. As cartas geográficas da capitania (e das comarcas), realizadas no século XVIII e no início do XIX, constituem fontes preciosas de informações sobre a progressão do

povoamento, sobre a evolução dos conhecimentos geográficos e da toponímia, e também acerca da localização das povoações e dos limites de algumas circunscrições. Os mapas que representam os termos de determinadas vilas também são de uma grande riqueza, podendo ser lidos como verdadeiros “discursos” sobre o território, que procuramos confrontar às argumentações apresentadas pelas câmaras. No nível local, a iconografia e a cartografia urbanas permitem visualizar as diferentes escalas e certos aspectos morfológicos das povoações, contribuindo à análise dos conflitos e das intervenções ligadas aos espaços intraurbanos.

Na cartografia histórica encontramos também uma parte dos dados necessários à elaboração dos mapas digitais sobre a evolução da organização territorial e da rede urbana. Através de um programa específico, foi possível associar a malha municipal atual (ocultada) a uma base de dados contendo as correspondências entre os topônimos atuais e antigos das sedes municipais ou dos seus distritos, além de informações que permitem integrar a variável “tempo” (datas de criação das capelas-arraiais, das freguesias e dos concelhos) aos dados espaciais.³⁷ Ao conceber tais documentos, preferimos não utilizar bases cartográficas atuais, mas construir um fundo de mapa “neutro” – ou seja, sem nenhuma referência aos limites e às divisões atuais do Estado de Minas Gerais, por considerarmos que a rede hidrográfica, na sua forma original, constitui uma referência suficiente, e também a fim de evitar “anacronismos geográficos”.

UMA ANÁLISE EM TRÊS ESCALAS

As questões que emergem das fontes aqui descritas guiaram a construção do objeto de estudo e a organização da narrativa. Com efeito, tanto nossas indagações quanto as hipóteses e explicações que avançamos surgiram do cruzamento entre as representações e os dados objetivos que extraímos dos textos e dos mapas.

Os 11 capítulos estão agrupados em três partes, que correspondem às diferentes dimensões ou “escalas” que identificamos no processo de formação dos espaços e territórios urbanos da capitania. Algumas das questões tratadas na primeira parte reaparecem nas seguintes, mas abordadas sob ângulos distintos.

Para que se possa levar em conta esta variedade de escalas, é necessário adotar, para cada uma delas, diferentes pontos de vista analíticos. De fato, uma mudança de escala implica, quase sempre, uma modificação do objeto e da problemática; ao variar os ângulos de abordagem, descobrem-se novas facetas dos objetos observados, e identificam-se dados de natureza diversa: “(...) uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo; mas, à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, ervas, formigas, pernas de formigas, e assim indefinidamente. Tudo isso está contido na palavra campo.”³⁸

Esta escolha metodológica não foi feita com o propósito de inscrever nossa investigação num movimento historiográfico “em voga”, mas simplesmente para encontrar a melhor adequação possível entre o método e a natureza do objeto. A urbanização³⁹ é um fenômeno que se produz em diversos níveis; ao mudarmos a distância focal, o objetivo não é “ampliar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, mas modificar a *sua forma e a sua trama*”.⁴⁰ De fato, ao passarmos da pequena à grande escala (no sentido geográfico do termo), nosso objeto assume diferentes formas: de um conjunto de pontos indistintos, distribuídos numa vasta superfície, ele se transforma, primeiramente, numa rede hierarquizada (formada de nódulos com diferentes capacidades de polarização) e, em seguida, em espaços intraurbanos de diferentes extensões e densidades. A variação das escalas de análise constitui, assim, um modo de ter presentes a complexidade e a dinâmica do processo de urbanização.

Procederemos, portanto, por aproximações sucessivas: as três partes do livro atravessam todo o período estudado, mas cada qual focaliza aspectos distintos.

A primeira, “Do sertão ao território: ocupação e políticas do espaço nas Minas Gerais”, apresenta uma visão macroscópica do processo de territorialização e de urbanização: o ângulo de visada abrange todo o espaço da capitania. O desbravamento, a colonização das terras e a formação dos centros de poder local modificam pouco a pouco o status do espaço original, e também suas denominações: os sertões são progressivamente convertidos em “distritos”, “freguesias”, “concelhos”, “comarcas”, ou seja, em territórios controlados por diversas instâncias do poder. O objetivo dos primeiros capítulos é, portanto, apreender os ritmos, as

modalidades e os atores da ocupação dos sertões, identificando as etapas de formação da “constelação” de povoados e de sua progressiva hierarquização. Esta última ocorre à medida que são instaladas as estruturas da administração eclesiástica e civil, as quais conferem uma proeminência às povoações escolhidas para sedes de circunscrições. As criações de vilas, cidades e sedes de freguesia eram decididas pelo rei e pelos seus representantes na colônia. Tais escolhas nem sempre dependeram do nível de desenvolvimento das localidades: como veremos, as atribuições de títulos e de funções administrativas às vilas e aos arraiais refletiram os interesses da Coroa, as disputas locais de poder, as necessidades da administração judiciária, bem como a situação econômica e política geral das Minas, em cada época. Os mapas analíticos que elaboramos ajudam a visualizar e a explicar a cronologia das fundações, a distribuição espacial das vilas, das sedes de freguesias e dos simples arraiais, assim como a evolução da malha administrativa da capitania.

Na segunda parte, “As vilas e seus territórios: dependências, rivalidades e hierarquias”, identificamos o conjunto de relações que sustentam e conformam a rede urbana mineira, revelando diversos pontos de tensão nas linhas de demarcação dos poderes locais. As *vilas* interagem entre si, e cada uma delas também mantém variados tipos de vínculos com os arraiais, sobretudo com os que se acham incluídos nos seus termos. Estes dois níveis de conexões interurbanas – interiores e exteriores a cada concelho – são geralmente marcados pela emulação e pelo confronto, pois as relações entre sedes de concelho e arraiais subalternos são bastante ambíguas, caracterizando-se tanto pela complementaridade como pela concorrência. Em diversos momentos, os atores políticos da capitania – membros das elites dos arraiais, oficiais das câmaras, ouvidores e governadores – viram-se envolvidos em conflitos com implicações territoriais: quando as vilas disputavam a posse de novos núcleos de povoamento, quando uma povoação pedia para ser alçada à condição de vila ou cidade, ou ainda quando se reivindicava a criação de uma nova cabeça de comarca. À semelhança do que ocorreu em outras áreas geográficas (Portugal continental e França), nos discursos dos protagonistas destas disputas, aparecem alguns temas que entram na definição das redes urbanas: a questão do abastecimento dos

núcleos urbanos, dos polos e fluxos comerciais, bem como as relações entre as povoações (vilas ou arraiais) e as áreas rurais do entorno. Estes textos também trazem informações sobre o valor que era atribuído aos títulos e funções urbanas, assim como sobre os elementos coevos de apreciação do prestígio e da riqueza das povoações. Em nossa análise, tais parâmetros foram colocados no mesmo pé de igualdade que os critérios econômicos e demográficos que, hoje em dia, são privilegiados na avaliação do nível de “urbanização” ou de “urbanidade”⁴¹ das localidades. A partir desses dois modos de classificação (antigo e atual), procuramos estabelecer e comparar diferentes *rankings* das povoações mineiras, através de recortes espaciais e temporais definidos segundo a disponibilidade de dados.

Na terceira parte, “Espaços e paisagens urbanas: gênese, intervenções e representações”, observamos mais de perto os núcleos urbanos, a fim de distinguir seus elementos materiais e de analisar a dimensão local de alguns processos já abordados em outras escalas, e sob diferentes pontos de vista. Interessamo-nos, em primeiro lugar, pela estrutura fundiária, cujo estudo possibilita melhor entendimento dos processos complexos de gênese e de desenvolvimento físico, demográfico e econômico das povoações. Em seguida, analisamos o “urbanismo” praticado no interior das vilas mineiras. Para tal, é importante levar em conta os recursos jurídicos, técnicos e financeiros de que dispunham as câmaras para controlar a distribuição das terras, o uso dos espaços urbanos e para dotá-los de infraestruturas e equipamentos. Além disso, deve-se lembrar que, em matéria de urbanismo, o peso das representações mentais é determinante: “todo projeto urbano é concebido segundo uma determinada ideia de cidade”.⁴² É, pois, necessário que se tenha em mente os modelos de cidade e os métodos de intervenção urbanística especificamente portugueses. Mas isto não significa que a análise deva se resumir à descrição dos projetos conduzidos pelas autoridades locais: sendo a organização do espaço urbano uma produção social, que reflete as relações de poder, é essencial que se procure identificar os diferentes agentes e os interesses em jogo.⁴³ Enfim, para concluir, apresentamos uma análise das diferentes percepções da materialidade das povoações mineiras identificadas na documentação.

Nas páginas seguintes o leitor encontrará, portanto, um estudo do fenômeno urbano mineiro em diferentes dimensões e escalas e que procura levar em consideração tanto suas manifestações mais concretas quanto suas representações. Em cada momento da investigação, estivemos conscientes dos riscos de uma tal abordagem. No entanto, se tivéssemos adotado apenas uma escala de análise, ou examinado os núcleos mineiros simplesmente na sua dimensão física, política, econômica ou simbólica, teríamos deixado de lado algumas perspectivas que permitem melhor compreensão dos processos e etapas de formação da rede e da gênese das paisagens urbanas.

Além disso, em função da própria definição da palavra “vila”, apresentada anteriormente, pareceu-nos inconcebível ignorar os aspectos concernentes à formação física das povoações (a estrutura fundiária, o urbanismo) para nos concentrarmos somente nas questões territoriais (a rede e a malha urbana), ou fazer o inverso, tanto mais que essas duas dimensões aparecem intimamente associadas nas representações coevas. Assim, a divisão do livro em três partes deve-se, principalmente, a uma questão de clareza da exposição, pois, em muitos documentos, os assuntos abordados formam um todo compacto, o contexto político e econômico geral da capitania justapondo-se aos conflitos territoriais e aos problemas de urbanismo. Pareceu-nos que um objeto tão múltiplo e complexo quanto as vilas mineiras setecentistas só poderia ser apreendido se o observássemos de diversos ângulos e distâncias – mesmo sabendo que as imagens assim obtidas seriam, necessariamente, parciais e incompletas.

A variação das escalas de análise (e sua consequente multiplicação de pontos de vista) foi o método que nos pareceu mais adequado para que este estudo pudesse refletir não somente a visão do historiador, mas também, em certa medida, as percepções contemporâneas das relações entre os poderes, os espaços e os territórios urbanos das Minas setecentistas.

**As notas a seguir correspondem a Introdução,
originalmente reunidas ao final desse livro.**

pp. 585-588

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

NOTA À EDIÇÃO BRASILEIRA

- ¹ CALVO. Resenha de: FONSECA, Cláudia Damasceno; RUSSELL-WOOD. Resenha de: FONSECA, Cláudia Damasceno; HOORNAERT. Pour une méthodologie de l'histoire du Brésil; VIDAL. Resenha de: FONSECA, Cláudia Damasceno; OLIVEIRA. Resenha de: FONSECA. *Des terres aux villes de l'or*.

INTRODUÇÃO

- ¹ MONTEIRO. Os concelhos e as comunidades, p. 304.
- ² Sobre a organização político-territorial de Portugal durante o Antigo Regime, consultar: HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*; HESPANHA; SILVA. O quadro espacial.
- ³ BICALHO. As câmaras ultramarinas e o governo do império. Ver, também: MONTEIRO. Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime.
- ⁴ Para uma visão sintética deste léxico, ver: FONSECA. Regards sur le lexique urbain au Portugal et en Amérique Portugaise (XVIII^e – début du XIX^e siècle).
- ⁵ MONTEIRO. A sociedade local e seus protagonistas, p. 36.
- ⁶ CASTRO. *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e seus dominios*; AZEVEDO. Vilas e cidades no Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva), p. 83-168.
- ⁷ SERRÃO. A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII à XIX; AZEVEDO. Vilas e cidades no Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva), p. 83-168.
- ⁸ HESPANHA. *As vésperas do Leviathan*, p. 102.
- ⁹ HUETZ DE LEMPS-EMINE. Villes et petites villes en Nouvelle Castille à la fin du XVIII^e siècle et au début du XIX^e siècle, p. 93-94.
- ¹⁰ SERRÃO. A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII à XIX, p. 34-35.

- ¹¹ Em função desta e de outras particularidades do léxico urbano português, na tese e na edição francesa havíamos conservado a terminologia portuguesa, em itálico, ao invés de traduzir os termos cidade, vila, arraial por palavras como *citê, ville, bourg, village*, como fizeram outros autores. A respeito do *non-sens* das tentativas de estabelecer equivalências unívocas entre terminologias urbanas de diferentes línguas e contextos, consultar: DEPAULE; TOPALOV. *La ville à travers ses mots*, p. 251.
- ¹² Tais mapas serão apresentados nos capítulos 3, 4 e 5.
- ¹³ BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 149.
- ¹⁴ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 162.
- ¹⁵ BOSCHI. *Acbegas à história de Minas Gerais (séc. XVIII)*, p. 63.
- ¹⁶ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 15.
- ¹⁷ Como bem notou Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, ainda hoje persiste uma tendência de abranger com a designação “Barroco Mineiro” não só os partidos arquitetônicos e elementos ornamentais influenciados pelo barroco tardio, mas também aqueles identificados com o Rococó (inclusive a produção do Aleijadinho). Isso se deve, em grande parte, ao contexto social e cultural da época em que foi estabelecida tal conceituação estilística: em plena comemoração do centenário da Independência, “compreende-se o ideal de um ‘caráter nacional’ procurado na arte do passado pelos promotores da Semana de Arte Moderna de 1922”. Segundo a autora, um dos principais aspectos que demonstram a permanência “de diretrizes nacionalistas de tradição modernista” na historiografia da arte brasileira do século XVIII é a supervalorização dos artistas mestiços, como Aleijadinho e Mestre Valetim, em detrimento de “mestres de obra portugueses de primeira grandeza, particularmente os que tiveram atuação paralela à dos citados artistas mulatos”. Ver: OLIVEIRA. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, p. 101-105.
- ¹⁸ Cabe notar, entretanto, que na última década o urbanismo português voltou a suscitar o interesse de muitos pesquisadores, tanto em Portugal como no Brasil. Isso se explica, em parte, pelo contexto político das comemorações dos Descobrimentos, que permitiu a realização de diversos eventos científicos e publicações sobre o tema do “Universo Urbanístico Português”. Ver, principalmente: CARITA; ARAÚJO. *Universo urbanístico português, 1415-1822; Oceanos* (A construção do Brasil urbano), Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000. TEIXEIRA; VALLA. *O urbanismo português*; ROSSA; ARAÚJO; CARITA; *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822*.
- ¹⁹ BOSCHI. *Acbegas à história de Minas Gerais (séc. XVIII)*, p. 64.
- ²⁰ BOSCHI. *Acbegas à história de Minas Gerais (séc. XVIII)*, p. 65-67.
- ²¹ IGLÉSIAS. Minas Gerais, p. 364-382.
- ²² BOSCHI. Colonialismo, poder e urbanização no Brasil setecentista, p. 104.
- ²³ VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial, p. 185-186; CHAVES. *Perfeitos negociantes*.
- ²⁴ THÉRY. *Pouvoirs et territoires au Brésil*.

- ²⁵ VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial, p. 187. Sobre Vila Rica, consultar também: FONSECA; VENANCIO. Vila Rica, p. 179-205.
- ²⁶ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Santa Luzia”.
- ²⁷ MASSENA. *Barbacena*, p. 41-42; FURTADO. *O manto de Penélope*, p. 159-160, p. 210-211.
- ²⁸ BOSCHI. Colonialismo, poder e urbanização no Brasil setecentista, p. 104.
- ²⁹ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 87, p. 116, nota 108.
- ³⁰ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 116, nota 108.
- ³¹ Alguns dos dossiês consultados revelaram-se particularmente ricos e úteis, pois os diversos documentos ali contidos permitiram entender os processos de tomada de decisão (com idas e vindas de parceiros das diversas autoridades) que envolviam a hierarquização dos núcleos urbanos, além de revelar os protagonistas da organização territorial mineira.
- ³² As fontes demográficas e econômicas relativas a Minas colonial serão descritas e colocadas em perspectiva no Capítulo 8.
- ³³ LEPETIT. Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750), p. 35.
- ³⁴ No que diz respeito aos arquivos municipais, privilegiamos os documentos conservados no Arquivo Público Mineiro – ou seja, os fundos das Câmaras Municipais de Vila Rica (Ouro Preto – CMOP), Mariana (CMM), Sabará (CMS) e Paracatu (CMP). Além desta instituição, foram consultados alguns documentos nos arquivos locais de Paracatu (que se revelaram pouco úteis à esta pesquisa) e diversos livros do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCM), que estão sob a guarda do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS – UFOP). Além destes, consultamos os códices referentes à criação da Vila de Paracatu e da Vila de Campanha da Princesa, conservados no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ver lista de fontes).
- ³⁵ Na mesma época em que realizávamos este estudo, Sérgio da Mata também se interessava pela gênese dos espaços urbanos mineiros, realizando pesquisas aprofundadas em diversos arquivos eclesiásticos. Ver: DA MATA. *Chão de Deus*.
- ³⁶ Alguns dos documentos então localizados e fotografados permanecem inéditos, mas boa parte foi reproduzida em obras publicadas nos últimos anos. Ver, entre outros: COSTA; RENGIER; FURTADO; SANTOS. *Cartografia das Minas Gerais*; COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*.
- ³⁷ Trata-se do programa “Philcarto” que aprendemos a utilizar durante as sessões do ateliê de cartografia da École Normale Supérieure de Paris (ENS), no período 1997-2000. Agradeço a Philippe Waniez, inventor do programa, e também a Hervé Théry, Éric Guichard e Sebastien Velut por todo o auxílio prestado na elaboração desses mapas, pela calorosa acolhida no laboratório de Geografia da ENS, e pelo entusiasmo com que me ajudaram a aplicar e a adaptar seus programas e métodos a um estudo histórico.

- ³⁸ Blaise Pascal, *Pensées* (frag. n. 115) *apud* LEPETIT. Architecture, géographie, histoire, p. 118-138. A questão da escala de abordagem foi retomada no texto “De l'échelle en histoire” da sua obra póstuma. Ver: LEPETIT. *Carnet de croquis*.
- ³⁹ A palavra é aqui tomada nos dois sentidos, significando tanto a formação de núcleos de povoamento mais densos que as áreas rurais, e com atividade econômica significativa nos setores secundários e terciários, como o “conjunto de técnicas e de obras que permitem dotar uma cidade ou área de cidade de condições de infraestrutura, planejamento, organização administrativa e embelezamento conformes aos princípios do urbanismo” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*).
- ⁴⁰ REVEL. Micro-analyse et construction du social, p. 19, grifos nossos.
- ⁴¹ Neste trabalho, essas duas expressões foram consideradas homólogas, e utilizadas de maneira indistinta. Bernard Lepetit se referiu a “níveis de urbanização” ao conceber um método para avaliar “os diferentes graus de enraizamento do fenômeno urbano” das aglomerações francesas (LEPETIT. *Les villes dans la France moderne*, p. 33). Já Marie-Vic Ozouf-Marignier preferiu o termo “urbanidade”, definido como “o caráter urbano de alguma coisa” por considerar que esta acepção convinha a um estudo que se interessa pela noção de “cidade” na sua generalidade (OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 122). Lembremos, ainda, que para os geógrafos estes dois termos também são próximos: a “urbanização” não é apenas a “expansão e desenvolvimento da população urbana”, mas pode também significar a adoção de modos de vida e de consumo urbanos”; quanto à palavra “urbanidade”, ela designa, em primeiro lugar, o “caráter daquilo que é urbano” (BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie dictionnaire critique*, p. 498-499).
- ⁴² LEPETIT. Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750), p. 36.
- ⁴³ LEPETIT. Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750), p. 35.

PRIMEIRA PARTE

DO SERTÃO AO TERRITÓRIO

OCUPAÇÃO E POLÍTICAS DO ESPAÇO

NAS MINAS GERAIS

CAPÍTULO I

DO SERTÃO DOS CATAGUASES ÀS MINAS GERAIS: AS MODALIDADES E O LÉXICO DA OCUPAÇÃO

- ¹ NORDMAN. De quelques catégories de la science géographique, p. 970.
- ² MACHADO. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.
- ³ BLUTEAU. *Vocabulário português e latino...*
- ⁴ SILVA. *Dicionário da língua portuguesa*, t. II.
- ⁵ MACHADO. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*.